



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM PARANAENSE DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

No terceiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e dois, às dez horas, por meio web conferência utilizando a plataforma ZOOM, o Fórum Paranaense de comitês de Bacias Hidrográficas realizou sua Segunda Reunião Ordinária para discutir os seguintes itens: **1. Abertura; 2. Aprovação da Ata da 5ª Reunião Extraordinária; 3. Eleição da Mesa Diretora do Fórum Paranaense de comitês de bacias por mandato de 2022 a 2025; 4. Minuta de Instrução Normativa sobre usos insignificantes de recursos hídricos; 5. Demandas do Fórum Paranaense junto ao Fórum Nacional; 6. Minuta reivindicação do Fórum; 7. Assuntos gerais.** Fizeram-se presentes IBSON GABRIEL MARTINS DE CAMPOS e ESTER AMÉLIA ASSIS MENDES, representantes do CBH ALTO IGUAÇU (COALIAR); SILVIO SILVESTRE BARCZSZ, representante do CBH PIRAPONEMA; ARISTEU KAZUYUKI SAKAMOTO, representante do CBH NORTE PIONEIRO; ELIAS LIRA DOS SANTOS JUNIOR e TACIANO CESAR FREIRE MARANHÃO, representantes do CBH PARANÁ 3, ARLINEU RIBAS, representante do CBH LITORÂNEA, ARNALDO GIOVANI RECH, representante do CBH BAIXO IVAÍ E PARANÁ 1; EDENILSON ALBANI e DENISE RAUBER, representantes do CBH AFLUENTES DO BAIXO IGUAÇU, GUILHERME DANIEL representante do CBH PIQUIRI E PARANÁ 2, do NEURI DAL MOLIN e MAURÍCIO CAMARGO FILHO, representantes do CBH ALTO IVAÍ, NATASHA HESSEL DE GÓES, TIAGO BACOVIS e GLÁUCIA ASSIS do setor de Outorga do IAT, VICTOR GREGÓRIO RODRIGUES NADAL do da gerência de Bacias Hidrográficas do IAT. A sra. DANIELLE TORTATO iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e apresentou em seguida a ordem do dia, informando as novas substituições de representantes dos membros de comitês; o comitê da bacia hidrográfica do Rio Tibagi será representado pelo sr. GALDINO ANDRADE como titular e pelo sr. RICARDO JOHANSEN como suplente, o comitê da bacia do Alto Ivaí será representado pelo sr. NEURI JOSÉ DAL MOLIN como titular e pelo sr. MAURICIO CAMARGO FILHO como suplente. Em seguida, iniciou-se as manifestações dos membros do interesse em participar da Mesa Diretora do Fórum Paranaense do **item 3**, sr. TACIANO CESAR FREIRE MARANHÃO se colocou à disposição para ser o segundo coordenador adjunto, sra. DANIELLE TORTATO agradeceu o interesse, informou que o sr. SILVIO SILVESTRE BARCZSZ havia sinalizado em outro momento que gostaria de ser o coordenador geral, porém o mesmo ainda não estava presente na reunião, ESTER AMÉLIA ASSIS MENDES também demonstrou interesse bem como GUILHERME DANIEL. A sra. DANIELLE TORTATO agradeceu a participação e a disponibilidade da ESTER pontuando a necessidade de uma presença maior por parte dos membros femininos no fórum, já que a presença masculina é majoritária. Foi levantado pelos membros que a participação de SILVIO como coordenador do fórum seria de extrema importância, visto que ele já participava da mesa diretora do Fórum e tem amplo conhecimento, que foi reforçado pelo sr. IBSON CAMPOS e sr. ARLINEU RIBAS. Em seguida, iniciou-se a votação do **item 3**, Sr. GUILHERME DANIEL, que havia manifestado interesse, cedeu seu lugar para o Sr. TACIANO, como não houve nenhuma manifestação, as cadeiras da mesa diretora foram fechadas, seguindo, Sr. SILVIO atuará como coordenador geral, representando a Universidade Sociedade Civil Organizada, Sra. ESTER AMÉLIA ASSIS MENDES como primeiro coordenador adjunto, representante do setor de usuários, a terceira vaga para

46 segundo coordenador adjunto ficou representada pelo Sr. TACIANO, representante do
47 poder público, a Sra. DANIELLE formalizou a posse dos novos membros do **item 3**. Em
48 sequência, iniciou-se a discussão do **item 2**, e foi colocada em votação a ata da 5ª Reunião
49 Extraordinária, sendo aprovada por unanimidade. Por conseguinte, iniciou-se a discussão do
50 **item 4**, na sequência, NATASHA HESSEL DE GÓES, gerente de outorgas do Instituto de
51 Água e Terra acompanhada de sua equipe, realizou uma apresentação em relação à Minuta
52 de Instrução Normativa sobre usos insignificantes de recursos hídricos, e após estudos e
53 reuniões, foi definida a existência da necessidade de compilar outras portarias de usos
54 insignificantes em uma única instrução, complementando, esta instrução está em âmbito do
55 setor jurídico do IAT e da SEDEST e ambos recomendaram que a proposta da Instrução
56 Normativa devesse ser apreciada pelos comitês, ou pelo fórum de comitês, para que
57 houvesse manifestações dos mesmos. A Sra. NATASHA sugeriu aos membros que
58 discutissem sobre os artigos, e no de um dos comitês houvesse a existência de uma
59 proposição, este deveria enviar sua sugestão separada informando sobre suas
60 considerações a respeito. O Sr. TIAGO BACOVIS, chefe de divisão do Instituto de Água e
61 Terra realizou a leitura da redação da Instrução Normativa completa, ao final, deu abertura
62 aos membros para realizarem suas contribuições. O Sr. NEURI DAL MOLIN se manifestou
63 referente ao **art.3, item 1** da Resolução, mencionando que os estados deveriam ter certa
64 rigidez quanto a fiscalização, sugeriu também uma diferenciação entre os usos de água
65 subterrânea rural para a urbana, e no caso da urbana, separar entre uso pra consumo e uso
66 comercial, como por exemplo em estabelecimentos que trabalham com lavagens de
67 veículos no **item 4** do **art. 1º** acrescentou que poderiam ser adicionadas estradas rurais no
68 contexto dos projetos de galerias. A Sra. NATASHA pontuou que as águas subterrâneas
69 não poderiam ser modificadas por finalidade, contudo, poderão ser alterados os itens
70 envolvendo vazões, acrescentou que o uso em áreas rurais há a existência de uma
71 dispensa de outorgas para até 400 pessoas, sendo estipulado um regime diário. A sra.
72 NATASHA concordou sobre a dificuldade em fiscalizar poços irregulares sendo que este
73 trabalho ocorre a partir de denúncias, e concordou com a consideração do sr. NEURI sobre
74 especificar estradas rurais no item 4 do art. 1º. O Sr. NEURI DAL MOLIN sugeriu reduzir o
75 volume outorgado no perímetro individual urbano, apontando que o volume outorgado
76 atualmente é muito alto. A sra. NATASHA propôs uma nova vazão, e informou que a vazão
77 havia sido definida com a medida de todos os aquíferos, por base de 200 m³, considerando
78 como 10% como uso insignificante, totalizando ao redor de 20 m³ diários, e assentiu que o
79 volume era alto e poderia ser proposto um novo método de calculo da vazão de uso
80 insignificante deste item. O Sr. ARLINEU RIBAS solicitou uma explicação do item 4 do art.
81 1º sobre o significado do marco temporal em 2014, a sra. NATASHA respondeu que houve
82 um erro de redação, e o correto seria a partir de 2014 e não até 2014, o motivo é a data de
83 publicação do Decreto 9957/14, a sra. ESTER questionou sobre a distância de dutos em até
84 2 metros da ponte, explicado quando a distância for maior que 2 metros existe uma
85 possibilidade de uma intervenção maior no ambiente. A sra. Ester questionou a
86 possibilidade de a instrução normativa passar pelas câmaras técnicas dos comitês para
87 analisar as adequações regionais, nesse sentido a sra. NATASHA informou que se todos os
88 comitês chegassem a valores em comum, o procedimento seria alterar a redação da
89 instrução normativa e no caso de diferenças entre os comitês seriam aplicadas apenas na
90 sua região. O sr. TIAGO BACOVIS fez sua consideração que seria interessante existir uma

91 normativa padrão para o Estado e caso houvesse necessidade cada comitê faria uma
92 análise de suas especificidades dentro das câmaras técnicas. A sra. NATASHA
93 complementou que o sistema eletrônico de outorga está em fase de elaboração este seria o
94 momento ideal para aprovar essa normativa e no caso de atraso, seria mais oneroso
95 adequar o sistema. O sr. NEURI DAL MOLIN concordou que deveria ser feito uma normativa
96 geral para o estado ao invés de um para cada comitê, se necessário, iria fazer suas
97 adequações por meio de portaria após apreciação pela câmara técnica. O sr. IBSON
98 concordou com a necessidade e urgência de finalizar essa minuta de instrução normativa. O
99 sr. ARLINEU RIBAS, sugeriu que seja colocado no texto da instrução normativa das
100 situações específicas deveriam ser analisadas pelos respectivos comitês. A sra. NATASHA
101 complementou o que foi dito, sugerindo que poderiam realizar um artigo final onde as
102 particularidades de cada comitê poderiam ser revisadas pelas câmaras técnicas e
103 traduzidas através de portarias específicas dos comitês, indagou de a parte jurídica faria a
104 verificação e enviaria para os membros a redação final. A sra. DANIELLE informou da
105 possibilidade de compartilhar para todos presentes fazerem suas considerações e se
106 preciso, os mesmos fariam uma reunião extraordinária para atender rapidamente. O sr.
107 GUILHERME iniciou a discussão sobre o **art. 3**, no que se refere a alteração dos critérios
108 atuais de vazão de até 1.8 m³/hora, o mesmo demonstrou certa preocupação principalmente
109 pela questão do setor produtivo da região Oeste, informando que os poços já estabelecidos
110 e cadastrados como uso insignificante passarão a exigir outorga, resultando num impacto
111 significativo, em seguida, sugeriu que permaneça em 1.8 m³/hora para a captação
112 subterrânea, não se limitando a 20 m³/dia. A sra. NATASHA ressaltou que essa instrução
113 normativa trata a respeito de usos individuais de água, e que um projeto de produção
114 agropecuária necessitaria de outorga de qualquer forma. A sra. GLAUCIA citou como
115 experiência que na propriedade de sua família a bomba de captação não ficava ligada de
116 forma intermitente, ela somente era ligada até encher as caixas d'água, dessa forma sendo
117 mais interessante limitar a vazão horária do que a diária. A sra. GLAUCIA informou que 1.8
118 m³/hora não era considerado de uso insignificante na norma atual, sendo a mudança do
119 texto foi a pedido dela, complementando que geologicamente falando, 1.8 m³/hora não
120 atende a condição real dos poços/aquíferos e que 40 m³/dia não é considerado
121 insignificante. Prosseguindo a reunião, o sr. SILVIO SILVESTRE BARCZSZ informou que
122 entrou após o início das discussões, pois estava participando de outra reunião e agradeceu
123 os votos de confiança de todos os presentes no comitê. A sra. NATASHA fez uma breve
124 revisão sobre o procedimento que deve ser seguido para a aprovação do texto, visando
125 deixar o sr. SILVIO a par dos trâmites necessários. O sr. GUILHERME questionou sobre as
126 alterações no comitê serem para um parâmetro mais brando do que estaria na instrução
127 normativa, e explicou que as regulamentações regionais só podem ser alteradas para
128 critérios mais restritivos e não mais brandos. A sra. GLAUCIA pediu a palavra novamente
129 para esclarecer sobre a diminuição da vazão da água subterrânea é devido ao fato da
130 prática de usuários captarem os 40 m³ diário que teria direito em menos de uma hora e de
131 má fé declaram que a vazão é inferior a 1,8m³/h para se encaixar no critério atual e a
132 diminuição para 20m³ seria pensando na preservação do corpo hídrico subterrâneo. A sra.
133 NATASHA informou que seu entendimento seria que seria possível o comitê ter uma vazão
134 diferente, independente se mais ou menos restritiva, mas desde que tecnicamente
135 embasada e juridicamente analisada, nesse sentido o sr. SILVIO ressaltou a importância de

136 deixar claro dentro do artigo que o comitê teria autonomia em casos específicos e qual seria
137 o procedimento correto para isso. O sr. IBSON ressaltou que concorda com o procedimento
138 de caso seja necessária alguma adequação regional, dever passar por câmara técnica e a
139 sra. DANIELLE reforçou que a proposta específica de cada Comitê deveria passar por
140 câmara técnica com corpo técnico adequado, preferencialmente com participação de um
141 geólogo. O sr. ARLINEU se posicionou em concordância com as observações da sra.
142 ESTER e do sr. IBSON. A sra. DANIELLE solicitou que o sr. SILVIO, na posição de
143 coordenador geral, colocasse em votação a aprovação da minuta da instrução normativa. O
144 sr. GUILHERME foi o único a ser contrário à proposta, mais especificamente ao artigo 3º. A
145 sra. DANIELLE informou que foi aprovado com a realização das correções sugeridas e o
146 documento finalizado seria novamente submetido para apreciação do Fórum. O Sr. SILVIO
147 questionou como se deveria proceder para apresentação do documento aprovado para cada
148 comitê, a Sra. DANIELLE informou que o documento seria apresentado aos Comitês para a
149 ciência dos membros e propostas de adequações deveriam passar por câmara técnica.
150 Encerrado o assunto, passou para o **item 5** demandas do Fórum Paranaense perante o
151 Fórum Nacional. O Sr. ARLINEU disse que o objetivo seria identificar as questões internas
152 do Fórum a nível Estadual, com objetivo atuação pró ativa ao sistema como um todo, para
153 alcançar os objetivos pretendidos em relação às reivindicações do Fórum, que se refere ao
154 **item 6**. Prosseguindo, iniciou-se a discussão do **item 6**, Sra. DANIELLE informou que o item
155 foi colocado em pauta a pedido do Sr. ARLINEU RIBAS, este, dando seguimento discursou
156 que esta demanda tem por objetivo identificar as questões internas em nível de estado,
157 tentando de certa forma agir de forma mais pró ativa em relação a um sistema como um
158 todo, identificou que até então foi realizada uma primeira minuta envolvendo o que está
159 sendo discutido. Sra. DANIELLE manifestou sobre o pedido de sr. SILVIO, corroborado por
160 outros componentes, referente a situação do fórum paranaense em relação aos comitês de
161 bacias, sobre sua gestão em vários pontos específicos envolvendo as barreiras jurídicas,
162 sobre a pressão para implementação da cobrança, informando que atualmente existe uma
163 certa resistência em relação a implementação deste instrumento de gestão, devido a
164 legislação, condição que não fornece segurança jurídica, para que o uso da cobrança de
165 fato seja utilizada para o fim ao qual foi criada. Foi apresentado pelos componentes uma
166 série de questionamentos, reivindicando ao fórum estes recursos sobre várias
167 determinações e situações que hoje passam pelo estado do Paraná, foi criada uma minuta
168 inicial no mês em outubro, em seguida, realizaram uma segunda minuta que foi
169 encaminhada para os membros propondo as ideias para serem analisadas,
170 complementadas e alteradas de acordo com o que os componentes achassem pertinente. O
171 sr. VICTOR compartilhou sua tela para que os membros conseguissem acompanhá-la,
172 então a sra. Danielle abriu a palavra para discutirem o tema, sr. SILVIO se manifestou no
173 chat, informando que estava sendo cobrado pelo GAEMA das cidades de Maringá e
174 Londrina em relação a implementação da cobrança, pontuou que precisam dar continuidade
175 aos instrumentos junto ao estado, aos recursos para as atualizações e complementação da
176 cobrança, presume que estão meio parados e que precisam agilizar assim como dar mais
177 serenidade aos processos, atualizar os planos de bacia que estão desatualizando bem
178 como prever recursos para atualizar essas demandas, ter uma agência para realizar a
179 gestão dos recursos, de forma que eles arrecadam um fundo e não podem utilizar a verba
180 devido a falta desta agência, gerando uma falta de segurança jurídica para fazer a

181 destinação correta deste recurso. A sra. DANIELLE tomou a palavra analisando a lei
182 estadual, onde foi determinada que a agência de bacia do Paraná seria realizada pelo órgão
183 ambiental, analisando que esta lei ainda é vigente, além disso, o órgão ainda possui a
184 responsabilidade de gerir os recursos e atualmente, informou que o órgão esta com um
185 processo de contratação de um agente técnico financeiro que possa realizar essa gestão
186 específica destes recursos, ponderou que este processo foi aberto em janeiro de 2020, onde
187 ele tramitou e hoje falta uma autorização governamental para que seja realizada a
188 contratação deste agente técnico financeiro, pontuou que na ocasião foi realizada três
189 propostas juntamente entre as instituições Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e ao
190 BRDE. Segundo a sra. DANIELLE, o Banco do Brasil informou não ter interesse em
191 participar, já as instituições Caixa e BRDE fizeram propostas mais vantajosas para os
192 comitês em termos de financiamento, porém, a proposta ocorreu há dois anos, e como não
193 obtiveram a autorização governamental, possivelmente as propostas já se encontram
194 defasadas, e assim que firmado, será realizado novamente o levantamento de preços e
195 propostas das instituições para que de fato eles analisem e consigam contratar a mais
196 vantajosa para a gestão de bacias. A sra. DANIELLE deu abertura para os membros
197 decidirem se realiza uma nova leitura do documento ou será discutido apenas pontos
198 específicos, como não houve desconcordante, foi-se diretamente para os pontos
199 específicos. O sr. ELIAS pontuou no documento as justificativas já tinham conotação de
200 reivindicação, a sra. DANIELLE entendeu a proposta dele uma possível troca da justificativa
201 por reinvidicação como é na proposta inicial, e complementou que cada parágrafo é
202 explicada a lei e após é feito o pedido de reinvidicação, foi um pequeno equívoco dentro da
203 questão estrutural que acabou passando no final, mas acrescentou que podem seguir para a
204 primeira preposição de considerações e, prosseguindo direto para as finalizações, sr.
205 ARLINEU pediu a palavra manifestando que o documento está incompleto, onde as
206 situações colocadas em considerando não dão sequência após as reivindicações, reforçou
207 outras questões levantadas pelo sr. SILVIO com relação a questão da secretaria executiva,
208 no que diz respeito ao funcionamento e rapidez pautado anteriormente, seguindo, pontuou
209 que esses trâmites fazem parte de um sistema operacional diferente do executivo, quando
210 se trata de comitês, estão falando de legislativo, sugestionando que o trabalho dos membros
211 são através de reuniões e debates, ao qual a pauta será aprovada ou não, concluindo que
212 tudo tem uma maneira diferente de ser operado e a forma como está implementada
213 atualmente não está funcionando direito, prosseguindo, disse que o documento serve como
214 base, porém não contempla a totalidade das reivindicações, após, sra. DANIELLE perguntou
215 a ele qual seria sua preposição para incluir nas reivindicações, respondendo, sr. RIBAS
216 disse que poderiam aproveitar a oportunidade para rever o documento como um todo,
217 sugerindo para que caso alguém tenha alguma proposição, que possa ser debatido para
218 que numa próxima reunião possam concluir isso, sra. DANIELLE concordou, sr. RIBAS
219 complementou a palavra afirmando que o momento é de aproveitar os comitês para tentar
220 uma modificação no sistema de funcionamento atual, propôs complementar a reivindicação,
221 sra. DANIELLE disse que já esperava que houvesse contribuições, informando que
222 encaminharam um documento base no mês de outubro e por último, foi enviado a última
223 versão junto à convocação, concluiu que esperava algumas considerações neste período,
224 contudo não houve, e presumiu que nesta reunião já pudessem fechar o documento e que
225 já teria sido analisado com todas suas contribuições, pontuou que fica a critério do fórum

226 estabelecer um prazo para que seja finalizado e neste período possa receber todas as
227 contribuições para finalizarem o documento, sr. IBSON complementou com base no texto a
228 mudança da palavra “justificamos” para “requeremos”, sinalizou que o texto está bem
229 redigido e cabe alguns ajustes se necessário, sr. NEURI DAL MOLIN perguntou como seria
230 o trâmite do documento, da forma como seria enviado para o Ministério Público e a
231 Assembleia Legislativa, sra. Danielle disse que o foco do documento é em específico o
232 Governador do Estado, por determinação do fórum, não uma proposição da secretaria
233 executiva, tampouco do Instituto de Água e Terra, trata-se de uma demanda do fórum
234 paranaense de comitês de bacias, ou seja, o objetivo dele é chegar ao Governo com cópias
235 para outras instâncias, acrescentou que a questão dos recursos em lei deveriam ser
236 destinadas a recursos hídricos, porém, atualmente com novas leis estaduais, os recursos
237 não estão sendo direcionados para a gestão dos recursos de comitês de bacias
238 hidrográficas, citou que na última reunião foi definido a mudança da palavra “moção” para
239 “reinvindicação” pois o fórum esta de fato requerendo e solicitando que haja uma ação do
240 Governo do Estado para alterar essa situação, prosseguindo o sr. IBSON informou que o
241 COALIAR é muito prejudicado neste processo pois o recurso arrecadado durante alguns
242 anos está represado e não podem fazer o uso para aplicação direta em ações ou
243 programas, sr. SILVIO ponderou que o recurso não está sendo utilizado no momento, porém
244 o estado não está se apropriando deste, sra. DANIELLE completou dizendo que o fundo
245 está em uma conta do COALIAR porém não está sendo utilizada devido a esses
246 parâmetros, citando que houve uma situação no passado que este fundo foi utilizado
247 inadequadamente, contudo, este recurso foi devolvido, com a lei atual, o Instituto de Água e
248 Terra deveria ser o gestor e ter o domínio deste fundo estadual de recursos hídricos, porém
249 não está tendo, pontuando que hoje esta atribuição do fundo está por domínio da Secretaria
250 Estadual da Fazenda (SEFA) e, juntamente com a Companhia de Tecnologia da Informação
251 e Comunicação (CELEPAR) estão trabalhando para reunir as informações de todos os
252 boletos e extratos que foram cobrados pelo COALIAR desde o início da cobrança em 2013
253 para poder examinar o valor e saber se de fato o recurso presente estaria adequado,
254 manifestando a ideia de fazer uma apresentação para o comitê e a COALIAR para denotar
255 todos os cálculos destes boletos, o sr. IBSON disse ser por isso a importância de uma
256 reivindicação destes recursos, pois existe uma lei que permite o uso destes recursos, então,
257 é de grande importância que haja uma alteração nesta lei retirando o fundo de recursos
258 hídricos para que tenham segurança jurídica, excluindo a possibilidade deste recurso ir ao
259 tesouro, a sra. DANIELLE sugeriu que seja estabelecido um prazo para que as sugestões e
260 recomendações com relação a estes documentos para que seja finalizado, o sr. SILVIO
261 propôs um prazo dez dias para os o envio das contribuições neste período, encaminhem
262 para a secretaria executiva, caso houver mudança mais significativa o documento
263 regressasse para a plenária e realizada a devida aprovação a fim de unir todas as
264 contribuições para posterior envio do documento consolidado na sequência, por
265 conseguinte foi oficializado a proposta. A Sra. ESTER perguntou a Sra. DANIELLE se a
266 mesma enviaria a versão final com as alterações da “justificativa e reivindicação”, porém
267 Sra. DANIELLE ponderou que a princípio na reunião foi solicitado somente à proposta de
268 sua estrutura, sugeriu que nos próximos dez dias os componentes enviem suas sugestões,
269 e após será fechada a minuta e encaminhada novamente para os membros, e
270 posteriormente convocam uma reunião extraordinária para realizar a votação do documento,

271 Sr. Silvio findou que após aprovação, será decidido se a entrega será num fórum, ou será
272 diretamente para o governador, sugerindo convidar o Sr. Everton (secretário de Estado) e
273 entregar a ele. Prosseguindo para o **item 7** em assuntos gerais, a sra. DANIELLE
274 prosseguiu informando que o único assunto que dispõe é referente ao formato das reuniões,
275 se continuará no modo virtual ou o retorno ao sistema presencial, ponderando que no
276 momento está sendo estudado uma plataforma que seja viável para realizarem uma reunião
277 mista, e que não possuem recurso para uma reunião simultânea, pois as plataformas são
278 onerosas. Foi solicitado junto ao núcleo de informática outras possibilidades para a
279 realização de reuniões híbridas, no entanto a princípio ainda não possuem uma solução. O
280 Sr. SILVIO citou a faculdade que atua, informando que eles utilizam o serviço do Google
281 Teams, acrescentando, o Sr. NEURI DAL MOLIN disse que o Governo do Estado
282 juntamente com o DETRAN possui uma estrutura de tele sala muito utilizada, Sra.
283 DANIELLE citou que a plataforma adquirida pelo Instituto de Água e Terra é o Zoom, porém
284 existe certa preocupação com a qualidade desta transmissão, porém, fica estudado a
285 possibilidade de fazer essas reuniões de forma híbrida, concluiu que a proposta será levada
286 para a próxima reunião. O Sr. SILVIO se manifestou a respeito do XXIV Encontro Nacional
287 de Comitês de Bacias (ENCOB), pontuando que as inscrições estão abertas, Sra.
288 DANIELLE complementou que seria interessante cada comitê apresentar um projeto para
289 que fique claro no que diz respeito ao fórum e ao que têm sido feito nos comitês, Sr. SILVIO
290 acrescentou que na última edição do encontro tiveram um sala específica para o Paraná
291 para debater sobre o comitê e seria importante analisar caso tenham novamente esta sala,
292 verificando qual será o tema pra levarem uma apresentação pronta, Sra. DANIELLE
293 ponderou que a proposta inicial do fórum nacional é que os comitês paranaenses se
294 mobilizassem e fizessem um encontro antes do ENCOB pra que fossem ao evento com uma
295 proposta relacionada ao fórum, estão avaliando junto ao Rafain Palace Hotel & Convention,
296 hotel que sediara o evento, a possível disponibilização de uma sala maior para realizarem
297 essas reuniões dos Estados, assim como foram feitas em 2019, informou assim que
298 definido, vai informar a todos. Por conseguinte, os componentes se manifestaram em
299 agradecimento. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o sr. coordenador SILVIO
300 BARCZSZ agradeceu a presença de todos e deu por encerrado a reunião, ao terceiro dia do
301 mês de junho de dois mil e vinte e dois.

302
303 De Acordo.

304
305
306
307

Silvio Silvestre Barczsz

Coordenador do Fórum Paranaense de Comitês de Bacias Hidrográficas.